

XI SEUR – V Colóquio Internacional sobre Comércio e Consumo Urbano

PATRIMÔNIO DIGITAL E METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS A PARTIR DO PROJETO PATRIMÔNIO CULTURAL E HISTÓRICO: UMA REDE VIVA!!!

Marina Gowerter dos Reis, PPG em Memória e Patrimônio - UFPel, marinagowerterdosreis@gmail.com

Juliane Conceição Primon Serres, Universidade Federal de Pelotas, julianeserres@gmail.com

João Fernando Igansi Nunes, Universidade Federal de Pelotas, fernandoigansi@gmail.com

RESUMO

Nesse artigo é analisado o projeto “Patrimônio Cultural e Histórico: uma rede viva!!!”, realizado pela Valorize Assessoria em Turismo, Cultura e Educação, com sede na cidade de Ivoti - RS, financiado pela Secretaria de Cultura do Estado do Rio Grande do Sul. Parte-se da hipótese de que se fez uso de técnicas de *crowdsourcing* e *community-sourcing* para o desenvolvimento do mesmo, o qual passa pela reunião e organização de material sobre memória e patrimônio de localidades do Vale do Rio dos Sinos, Paranhana e Serra gaúcha, identificando bens culturais representantes de seus habitantes; e que os resultados obtidos constituem um patrimônio cultural digital. A metodologia seguida para estudo de caso e verificação de hipóteses é a análise de materiais disponibilizados pelo projeto (que já foi concluído), que incluem um website e um *ebook*, nos quais são apresentadas entrevistas com participantes do projeto, relatos sobre a metodologia e o desenvolvimento de atividades, e, no primeiro, um calendário de atividades patrimoniais e mapas interativos contando a história de cada localidade compreendida pelo projeto, identificando e classificando bens patrimoniais – materiais e imateriais – que representam aquelas pessoas.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural e Histórico: uma rede viva!!!. Patrimônio Cultural Digital. Ativação patrimonial. Community-sourcing.

ABSTRACT

In this article we analyze the project “Patrimônio Cultural e Histórico: uma rede viva!!!”, conducted by Valorize Assessoria em Turismo, Cultura e Educação, based in the city of Ivoti - RS, funded by the Department of the Rio Grande do Sul State Culture. Part up the assumption that its development uses crowdsourcing techniques to meet and organize material on memory and heritage locations in the Sinos River Valley, Paranhana and Serra Gaucha, identifying, in a participatory manner, urban spaces representatives of its inhabitants; and that the results obtained are a digital cultural heritage. The methodology for case study and hypothesis testing is the analysis of materials provided by the project - which has already been completed - including a website and an ebook in which are presented interviews with project participants, reports on the methodology and the development activities, and in the first, interactive maps tell the story of each locality understood by the project, identifying and classifying assets - tangible and intangible - to represent those people.

Keywords: Patrimônio Cultural e Histórico: uma rede viva!!!. Digital Cultural Heritage. Patrimonial Activation. Community-sourcing.

1. INTRODUÇÃO

Nesse artigo analisa-se o projeto Patrimônio Cultural e Histórico: uma rede viva!!!, realizado pela Valorize Assessoria em Turismo, Cultura e Educação, com sede na cidade de Ivoti - RS, financiado pela Secretaria de Cultura do Estado do Rio Grande do Sul. Os resultados do mesmo estão apresentados em um website, que contém mapas virtuais, com informações e classificações de bens patrimoniais dos municípios gaúchos de Campo Bom, Dois Irmãos, Estância Velha, Ivoti, Lindolfo Collor, Morro Reuter, Nova Hartz, Nova Petrópolis, Novo Hamburgo, Parobé, Picada Café, Presidente Lucena, São Leopoldo e Sapiranga, e em um *ebook* onde são relatadas experiências desenvolvidas no projeto e trabalhos prévios de patrimonialização.

Busca-se identificar se esses resultados são patrimônio digital, e, em um segundo momento, os procedimentos metodológicos do projeto, tendo em vista técnicas colaborativas, supondo que esses estão entre *crowdsourcing* (HOWE apud RIDGE, 2014) ou *community-sourcing* (WARD, 2011), e, ainda, classificando-o como contributivo, colaborativo ou de cocriação (BONNEY et al., 2009). Investiga-se, ainda, a ativação patrimonial de uma rede de conexões que já existia de maneira latente nessas localidades.

A fim de fundamentar o que se pensa aqui sobre patrimônio cultural digital, primeiro se comenta o patrimônio cultural, entendido como os recursos representantes de identidades sociais, que são símbolos e manifestações vivas de realidades não mais presentes, em bens materiais ou imateriais (GONÇALVES, 2009). O patrimônio cultural funciona para simbolizar, representar e comunicar, mas também é meio de ação, uma vez que, “de certo modo, constrói, forma as pessoas” (GONÇALVES, 2009, p. 27). Exemplos dessa categoria de pensamento possibilitam evocações que ultrapassam a sua materialidade e seus elementos visíveis em um primeiro olhar. Com isso se orienta, principalmente, que aqui patrimônio digital impescinde um sentido social, não sendo somente um recurso chancelado como bem patrimonial.

O patrimônio digital surge a partir do uso de tecnologias disponíveis e por vontade de tornar bens acessíveis ao grande público. É meio para educação patrimoniais, para difusão de informações abrangente sem desproteger originais, e, ao que parece no caso que será aqui analisado, para ativação patrimonial. Prats (1998) entende a ativação patrimonial pelo fato de que ainda que o patrimônio cultural seja um campo de poder e escolha, é necessário que elementos assim elencados sejam legitimados como construção social, para que adquiram autoridade, representatividade e ressonância civil. Supõe-se que aconteça um processo de ativação patrimonial, uma vez que um ator social (a Valorize Assessoria) identifica o patrimônio dessas localidades do estado do Rio Grande do Sul, organiza de maneira participativa uma listagem que será disponibilizada com uso de ferramentas digitais, e, através de reuniões e palestras, sensibiliza o olhar patrimonial dessas populações. O projeto é expandido através dessas pessoas, porque ainda que essa listagem seja instrumento turístico,

podendo atrair visitantes para essas cidades, o que se identifica como relevante é o significado que essa rede de conexões tem para a comunidade local.

2. Patrimônio digital e projetos de participação comunitária

2. O que é patrimônio cultural digital?

Compreende-se o patrimônio digital e o patrimônio virtual, que é “o patrimônio intangível ou imaterial circulando na *web*” (DODEBEL, 2005, p. 2), a partir de duas classificações, como é descrito na Carta sobre a Preservação do Patrimônio Digital (UNESCO, 2003): o patrimônio de gênese digital, que é criado digitalmente, não tendo um referencial analógico, e que alcança valor e significância duradouros; e também o uso de ferramentas digitais para fins de preservação, com a duplicação (especialmente através de digitalização) de espaços e acervos, que, em novo contexto, são potencializados pelas características do ciberespaço.

Na Carta sobre a Preservação do Patrimônio Digital, a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) (2003), afirma que o patrimônio cultural digital:

[...] consiste de recursos únicos do conhecimento e expressão humana. Abrange recursos culturais, educacionais, científicos e administrativo, assim como técnicos, legais, médicos e outros tipos de informação criada digitalmente, ou convertida para forma digital a partir de recursos analógicos já existentes. Onde recursos são de ‘gênese digital’, não há outro formato que não o objeto digital. Materiais digitais incluem textos, bancos de dados, imagens estáticas e em movimento, áudio, gráficos, software e páginas web, dentre uma ampla e crescente variedade de formatos. Eles são geralmente efêmeros e necessitam produção, manutenção e gerenciamento intencional para serem preservados. Muitos desses recursos tem valor e significação duradouros, e, assim, constituem patrimônio que deve ser protegido e preservado para gerações atuais e futuras (UNESCO, 2003, p. 1-2, tradução nossa)

Esse documento, adotado na Conferência Geral da UNESCO em 17 de Outubro de 2003, vem reconhecer práticas já existentes, firmando sua importância, a necessidade de preservação, e algumas diretrizes para ação. Nesse trecho destacado comenta-se a grande variedade de formatos de arquivos quando se produz patrimônio digital; uma nova dicotomia entre original e cópia, uma vez que recursos produzidos digitalmente existem somente no formato digital; o fato do patrimônio digital se constituir a partir da efemeridade, do não-lugar, com constantes atualizações e modificações; e, ainda, as duas possíveis classificações para o patrimônio digital, já discutidas nesse texto.

Outras questões ainda são abordadas nesse documento, dentre essas a necessidade de disponibilização para acesso de recursos classificados como patrimônio digital, o que exalta o potencial da internet como um meio que conecta pessoas independentemente de fronteiras geográficas. Tal possibilidade também aparece quando é citado que em um contexto digital “minorias podem falar para majorias, o individual para uma audiência global” (UNESCO, 2003, p. 3, tradução nossa). Outro

ponto seria a obsolescência digital, que será tratado a seguir nesse trabalho, o que faz com que seja sublinhada a importância de que haja um planejamento em todas as etapas de projetos que proponham novos bens digitais, organização que facilitará sua posterior preservação. Ademais, o documento firma a prioridade de preservação do patrimônio de gênese digital.

Por fim, a UNESCO marca que a responsabilidade pela execução do que é ali afirmado é da sociedade como um todo, de instituições de preservação, do setor privado, dos meios de comunicação, da sociedade civil, e de organizações não-governamentais. Stuedahl (2009) afirma que esse documento “define um novo legado [...], onde recursos digitais de informação e expressão criativa produzidos, distribuídos, acessados e mantidos na forma digital definem o patrimônio cultural” (p. 3, tradução nossa). E com isso não se fala em um fim do patrimônio de “pedra e cal”, mas sim de uma visão que considera as tecnologias digitais como aliadas na preservação patrimonial, e que marca a importância cultural do que é produzido na e para a internet, posto que é, em algumas instâncias, testemunho da vida na atualidade.

De maneira objetiva, entende-se o patrimônio cultural digital como: a duplicação digital de bens culturais, sejam, esses, materiais ou imateriais, protegidos ou não por instituições de salvaguarda; a organização e gerenciamento de acervos digitais, que podem estar disponíveis para acesso na internet; o uso de ferramentas digitais para coleta de dados, obtendo maior alcance e precisão em comparação ao desempenho de aparelhos analógico; as interações e conteúdos produzidos na internet relacionados à bens patrimoniais; e o patrimônio de gênese digital. Tais práticas, para serem classificadas como patrimônio cultural digital, precisam envolver tecnologias digitais em, pelo menos, uma etapa de desenvolvimento (GRUBER & GLAHN, 2009).

2.2. Patrimônio cultural como espaço colaborativo

As possibilidades trazidas pela inclusão de tecnologias digitais a projetos de preservação (e também de geração) patrimonial modificam o estatuto das tradicionais instituições organizadas para tais fins (ADDISON, 2008). O patrimônio cultural não é mais somente preocupação dos museus, dos arquivos, do governo, mas sim da sociedade como um todo¹. Tais instituições passam a ter função de legitimar e comandar trabalhos de preservação, que podem ser colaborativos, em vez de serem centros “solitários” de proteção, executando todas as etapas aí compreendidas. E, de um ponto de vista técnico, a evolução das tecnologias digitais, com *hardware* e *software* desenvolvidos para simplificar o uso e incluir um maior número de usuários, oportunizam a capacitação de indivíduos não especializados, esses que podem se engajar em projetos de preservação do patrimônio cultural (RIDGE, 2014).

¹ Ao menos no que consta na Constituição brasileira de 1988 e já na primeira legislação do patrimônio cultural, de 1937, a preservação do patrimônio cultural é tarefa de toda a sociedade. Entretanto, essa colaboração e envolvimento social nem sempre foi efetivamente aplicada, salvo algumas exceções. O que se observa agora, com o patrimônio digital, é que essas práticas participativas existem e são constantes em projetos, tanto no Brasil como em outros países.

Observa-se, assim, uma vontade de incluir (das instituições) e de participar (do público), o que demanda o desenvolvimento de conceitos, técnicas, e ferramentas que possibilitem esse trabalho participativo. Com base nesse panorama serão comentados os termos *crowdsourcing*, *community-sourcing*, pesquisa participativa, práticas de cocriação, colaboração e contribuição, tendo em vista a aplicação desses em projetos de patrimônio cultural, sejam de ativação, preservação, transcrição, comunicação.

Inicia-se essa incursão a partir de comentário sobre a obra *Crowdsourcing our Cultural Heritage* (2014), da pesquisadora Mia Ridge, da University of Oxford, ainda sem tradução para o português. Nesse livro são reunidos artigos que relatam experiências de *crowdsourcing* em patrimônio cultural, o que mostra a ressonância dessas práticas em um contexto global. Vale pontuar que essas práticas não surgem somente com o avanço sociocultural da internet, uma vez que existem registros² de que o Smithsonian Institute, instituição americana de educação e pesquisa que é associada à um complexo de museus, realizava práticas de inclusão de voluntários com o intuito de ampliar e difundir conhecimento já em 1849³.

Com isso se constata que a vontade de incluir populações em pesquisas, tarefas de preservação, seleção e difusão de informações, é antiga, sendo que a diferença que se tem hoje é a utilização das tecnologias digitais para esses fins. *Crowdsourcing*, termo sem tradução para o português, formado pelas palavras *crowd*, multidão, e *sourcing*, terceirização, foi cunhado por Jeff Howe e Mark Robinson em 2006, para nomear um conceito já existente, que é “o ato de terceirizar um trabalho que é tradicionalmente executado por um agente designado (normalmente um empregado) para um indefinido e grande grupo de pessoas, no formato de *open call*” (HOWE apud RIDGE, 2014, p. 3, tradução nossa).

Contudo, as ações de colaboração no âmbito do patrimônio cultural acontecem de maneira distinta. Ainda que se encontre projetos (tantos nos artigos do livro de Ridge (2014), como em outros já observados pelos autores desse trabalho) que pratiquem a terceirização para a multidão, existe uma preferência em ter a participação de um grupo de pessoas específico. É o que Amy Sample Ward (2011) chama de *community-sourcing*, ou terceirização para a comunidade. Ainda que com *crowdsourcing* seja possível realizar tarefas à baixo custo, com rapidez e com relativa qualidade, no que concerne a preservação patrimonial as características do *community-sourcing* tem maior adequação, especialmente para a difusão de informação e a ativação de bens culturais.

² Sobre a pesquisa de Elena Bruno, em 14 de abril de 2011: <http://siarchives.si.edu/blog/smithsonian-crowdsourcing-1849>

³ O projeto Meteorological Project, criado por Joseph Henry, primeiro Secretário do Smithsonian, estabeleceu um rede de, ao que se estima, 150 voluntários que observavam o clima em todo o país, sendo que em 10 anos de atividade, esse número aumentou para mais de 600 voluntários localizados no Canadá, México, América Latina e Caribe. Os relatórios mensais eram analisados por James H. Coffin, pesquisador de matemática e filosofia natural da Lafayette College em Easton Pensilvânia, e foram publicados em 1861 (BRUNO, 2011).

Se em *crowdsourcing* para patrimônio digital as tarefas normalmente são constituídas pela transformação de conteúdo de um formato para outros, “por exemplo, transcrevendo notações textuais ou musicais, descrevendo artefatos, sintetizando novo conhecimento, ou produzindo artefatos criativos (como fotografia ou design)” (RIDGE, 2014, p. 6, tradução nossa), em *community-sourcing* existe a possibilidade que a colaboração alcance outros níveis do projeto (WARD, 2011). Tem-se um tempo diferente para execução, isso porque normalmente o trabalho da multidão é pago, ainda que módico, enquanto a comunidade envolve-se pela sua relação com os bens, assim não sendo possível exigir metas, horários de trabalho, prazos rígidos. Por outro lado, projetos participativos que envolvem comunidades são beneficiados por um envolvimento que pode vir a modificar objetivos, resultados, e pode alcançar maior ressonância, uma vez que mais do que a realização de tarefas propõem um momento de educação patrimonial (RIDGE, 2014), fazendo com que a preservação escape os limites propostos.

Trata-se ainda sobre pesquisa participativa, com os modelos de contribuição, colaboração e cocriação, especificados como metodologia de projeto partir das definições do relatório Public Participation in Scientific Research: Defining the Field and Assessing Its Potential for Informal Science Education - A CAISE (Center for Advancement of Informal Science Education) Inquire Group Report⁴ (BONNEY et al., 2009).

Iniciando essa abordagem a partir do tema patrimonial, fala-se de arquivos participativos. Esses arquivos focam no “envolvimento profundo e em uma semântica mais complexa do que simplesmente a inclusão de uma grande multidão que faça simples anotações” (EVELEIGH, 2014, p. 212, tradução nossa), com características próximas às encontradas no *community-sourcing*. São projetos que traçam um caminho que se distancia do *crowdsourcing*, que, na visão de Eveleigh, são “meramente como uma versão aprimorada de voluntariado, limitado em seu escopo e com impacto antecipado” (EVELEIGH, 2014, p. 214, tradução nossa). É a ideia de um arquivo patrimonial construído, alimentado, preservado, difundido, de maneira participativa e coletiva.

E assim, separaram-se projetos que seguem preceitos participativos em contribuição, colaboração e cocriação (BONNEY et al., 2009). Observa-se um grau crescente de envolvimento do público nessas três classificações. No modelo **contributivo**, o projeto, as perguntas, as hipóteses, os locais para pesquisa são especificados por cientistas, ou pela instituição proponente. O público, então, fica responsável pela coleta de dados, que normalmente abrange um grande número de amostras ou um extenso espaço geográfico, ainda, em alguns projetos, participando da análise de dados. Já projetos de **colaboração** as perguntas ainda são feitas por quem organiza, e dados colhidos pelo público, mas existe a abertura para participação em análise e interpretação dos mesmos, ainda podendo, em certos casos, ajudar no refinamento dessas perguntas. Quando se segue uma proposta de **cocriação** a

⁴ Inglês para Participação do Público na Pesquisa Científica: Definindo o Campo e Avaliando seu Potencial para a Educação Científica Informal – Um Relatório do CAISE (Centro para Desenvolvimento da Educação Científica Informal) Inquire Group (tradução nossa).

proposição da pesquisa vem do público, que busca instituições e cientistas como forma de responder questionamentos. Nesses, “participantes são encorajados à participar de todos os estágios do processo de pesquisa, [...] e se qualquer parte do projeto não funciona, cientistas e o público participante trabalham juntos para modifica-lo para aumentar a efetividade do mesmo” (BONNEY et al., 2009, p. 18, tradução nossa). O público tem um maior controle sobre a pesquisa, sendo apoiado pelo conhecimento teórico e metodológico científico.

3. UMA REDE VIVA PARTICIPATIVA QUE PROPICIA EDUCAÇÃO, CONEXÃO E COMUNICAÇÃO

O projeto Patrimônio Cultural e Histórico: uma rede viva!!! será aqui observado partindo da hipótese que seus resultados geram um bem patrimonial digital construído a partir de trabalho participativo com uma comunidade específica. Essa análise é sistematizada tendo base no que André (2005) propõe para estudos de casos, com metodologia dividida em três fases: exploratória, coleta de dados e análise sistemática de dados.

Inicia-se analisando o que é dito sobre o projeto nos documentos lançados pela organização do mesmo. Esses documentos incluem o website⁵ do projeto e o *ebook*⁶ com textos que relatam experiências de preservação patrimonial, tanto as realizadas previamente como as desenvolvidas em congruência com as ações propostas. Ainda se considera o website⁷ da empresa que desenvolveu tal iniciativa, e o edital⁸ da Secretaria do Estado da Cultura do Governo do Rio Grande do Sul que financiou o projeto. Esse momento do estudo é caracterizado como a fase exploratória em conjunto com a coleta de dados, levando em conta a metodologia de André (2005) para estudo de caso.

O Patrimônio Cultural e Histórico: uma rede viva!!! propõe a conexão e a transposição para meio digital de uma rede patrimonial que já existe entre essas 14 cidades das regiões gaúchas do Vale do Rio dos Sinos, Paranhana e Serra gaúcha. No documento enviado para concorrer ao edital já constava que “o principal objetivo da proposta de trabalho era de criar uma rede colaborativa formada por pessoas que atuassem na dinâmica da valorização do patrimônio histórico e cultural do município e região onde vivem” (DHEIN & DILLY, 2014, p. 7), o que mostra uma vontade de construir a rede de forma participativa, ainda que os métodos precisem ser adequados à disponibilidade e interesse da comunidade aí considerada.

⁵ Disponível em: <<http://www.patrimonioredeviva.com.br/>>.

⁶ Disponível em: <<http://www.patrimonioredeviva.com.br/upload/arquivo/43b55-livro-menor-resolucao.pdf>>.

⁷ Disponível em: <<http://www.valorizeassessoria.com.br/>>.

⁸ Disponível em: <<http://www.cultura.rs.gov.br/v2/wp-content/uploads/2013/07/Edital-n%C2%BA-07-de-2013-FAC-Processos-Culturais-Colaborativos.pdf>>.

A primeira ação do projeto foi o levantamento, junto aos gestores públicos e secretarias de cultura, do que cada administração municipal entende por patrimônio histórico e cultural. E aqui não se fala de uma visão conceitual, mas sim da identificação de bens materiais e imateriais representativos dessas comunidades e que já passaram por processos de inventariado, formais ou informais. Fazendo uso de fichas baseadas nas que são propostas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Rio Grande do Sul (IPHAE), produziu-se, em conjunto com as administrações, o inventário dos bens patrimoniais de cada cidade contemplada pelo projeto. Essas informações foram introduzidas ao website do projeto, resultando na construção dos mapas virtuais das cidades (figura 1), onde estão marcados os bens identificados, acompanhados das informações colhidas, podendo incluir descrições, fotografias, classificação, e formas de acesso presencial. Além disso, é construído um calendário virtual de atividades patrimoniais (figura 2), que contempla todas as quatorze cidades.



Figura 1: Mapa virtual da cidade de Ivoti, exemplificando o formato de apresentação de informações proposto pelo projeto. Fonte: <http://www.patrimonioredeviva.com.br>



Eventos

09 OUT	Festival da Primavera - Frühlingfest Nova Petrópolis	>
20 OUT	Tarde Folclórica alemã Dois Irmãos	>
20 NOV	XX Natal dos Anjos Dois Irmãos	>
15 DEZ	Natal no Jardim da Serra Gaúcha Nova Petrópolis	>

ver todos os *eventos*

Figura 2: Detalhe do website apresentando o calendário de atividades. Fonte: <http://www.patrimonioredeviva.com.br>

Como parte das ações do projeto, foram realizados quatro encontros abertos ao público, em Morro Reuter, Nova Hartz e dois em Ivoti. Tais encontros não contemplaram todas as cidades envolvidas, entretanto, pela proximidade geográfica, atraíram “vizinhos”, moradores das outras localidades, recurso que possibilitou visualizar essa rede patrimonial latente que existe na região. Foram momentos de ensinar, mas também de aprender com os conceitos empíricos da população, quando também foram discutidas ações de preservação já desenvolvidas por determinados indivíduos. Nesses encontros “cada um trouxe suas experiências, dúvidas, dificuldades e angústias, que puderam ser compartilhadas. Os participantes puderam ver que há várias questões em comum, que os unem, tanto em relação às dificuldades quanto às possibilidades” (DHEIN & DILLY, 2014, p. 8). O último encontro, em Ivoti, foi direcionado para os gestores das quatorze cidades, onde foram apresentados os resultados e realizada a avaliação do projeto.

Observam-se as informações contidas no website da Valorize Assessoria, como forma de compreender a origem da motivação para desenvolvimento desse projeto e a trajetória da empresa. A motivação da Valorize Assessoria está em fomentar um olhar patrimonial, onde esse é latente, e propiciar conexões, instrumentos de comunicação, novos usos onde esse já existe. Alguns dos projetos realizados pela empresa: Restauro da Antiga Igreja Matriz São Pedro, em Ivoti, parceria na restauração de patrimônio tombado pelo IPHAE; Curso de formação de professores em Dois Irmãos, propondo formação patrimonial para professores do 4º ano do ensino fundamental da rede pública; Bordando as Cores da Vida, curso direcionado para bordadeiras de Ivoti; ainda em andamento, o projeto Presidente Lucena: Memórias, Trajetórias e Patrimônio Cultural, em parceria com a prefeitura do município, propõe a descoberta e o registro de fatos históricos, fazendo pesquisa com fontes orais, documentais e bibliográficas; e, dando continuidade ao projeto que é estudado aqui nesse trabalho, o Ciclo de

Palestras Patrimônio e Desenvolvimento em Rede, com encontros nas 14 cidades contempladas. Não foram encontradas informações sobre formação acadêmica dos integrantes da equipe, contudo, destaca-se a missão apresentada por essa, que passa por promover o desenvolvimento turístico de forma participativa, e fazê-lo destacando peculiaridades locais e comunitárias.

Os textos publicados no *ebook* são de atores sociais que participaram do projeto e que são representativos nas suas comunidades, tendo o papel de um “agitador patrimonial”, indivíduos que, integrados na vida cotidiana dessas cidades, compreendem os pontos de interesse patrimonial, percebem lugares que necessitam ativação, e empreendem ações de preservação. São 14 textos, cada um apresentando uma das cidades compreendidas. Destaca-se aqui o texto sobre o município de Nova Hartz, intitulado Só se cuida o que se ama e só se ama o que se conhece onde alunas do 1º Ano do Ensino Médio na Escola Estadual de Ensino Médio Elvira Jost, orientadas por professora, relatam a experiência de participar dos encontros do projeto, e, posteriormente, propor uma explanação sobre o patrimônio histórico da cidade para seus colegas, ação acompanhada por uma dinâmica de grupo. Nesse relato percebe-se o resultado positivo da vontade inicial do projeto em aguçar o olhar patrimonial, pois não se trata de atores sociais comentando o que já fizeram e que se relaciona com as ações tomadas agora, mas sim de promover educação patrimonial, e o fazer com um público, jovens estudantes, que tem o potencial de disseminar esses costumes, esse modo de agir e pensar, na comunidade.

Pelo que se observou até aqui, as ações e resultados realizados pelo projeto estão condizentes com as diretrizes do edital que o financiou. Os objetivos descritos no projeto são:

- a) desenvolver processos colaborativos que contemplem alternativas criativas e inovadoras de produção, distribuição e formação cultural;
- b) promover conexões entre manifestações de diferentes áreas culturais e/ou diferentes regiões do Estado, do Brasil e do Mercosul; e
- c) estimular a sustentabilidade dos processos, fortalecendo uma malha de agentes culturais capaz de favorecer a sua continuidade. (Edital SEDAC nº 07/2013, p. 1)

Desses objetivos destaca-se o desenvolvimento de processos colaborativos, esses que, a seguir, serão classificados a partir de Bonney et al, (2009), e as ações de reunião entre atores das comunidades, nos encontros presenciais. Ao que parece, esses encontros funcionaram como um momento de identificação de indivíduos interessados nas causas patrimoniais, e que, mesmo sem a intervenção do projeto, já desenvolviam ações de preservação. Ocorreu, assim, a conexão entre essas pessoas e suas ideias, que podem ser reproduzidas em outras localidades. Dessa forma, o olhar patrimonial e a vontade de memória expandem-se aos limites do projeto.

Passa-se assim à análise sistemática de dados, buscando compreender o Patrimônio Cultural e Histórico: uma rede viva!!! a partir das classificações apresentadas inicialmente nesse artigo. Primeiramente comprova-se que os recursos que são resultado do projeto, falando aqui do website,

com o mapa virtual e o calendário de atividades, e também do *ebook*, constituem-se como patrimônio digital, uma vez que usam tecnologias digitais em mais de uma etapa do processo, são representativos daquelas comunidades, reúnem e propiciam acesso à informações (funcionando como um instrumento turístico), e virtualizam uma rede que, ao que se percebe, já existia de maneira analógica.

Fala-se aqui especificamente do mapa virtual, bem digital não se baseia em relações inventadas, mas sim na observação de conexões existentes no âmbito das cidades. Não se pode classificar que esse bem como ou de duplicação ou de gênese digital, uma vez que agrega ambas características, duplicando digitalmente essa rede que já estava presente latentemente, e gerando recursos com características próprias de interação e acesso.

Sobre as características da participação que lá se efetuou, conclui-se que esse é um projeto de *community-sourcing*, uma vez que trabalha em conjunto com uma comunidade específica e delimitada, e que constrói resultados que são utilizados por essa mesma comunidade. São incluídas as administrações locais, escolas (professores e alunos), grupos organizados, e agentes patrimoniais. Não existiu uma proposta de abertura para que membros externos participassem desse processo, fato que se relaciona à missão da empresa, focada na identificação de peculiaridades locais. E mais do que uma terceirização de trabalhos, o que aconteceu, infere-se, foi realmente o fazer participativo.

Agora, ao que se percebe a partir dos relatos da organização do projeto, presentes no *ebook*, existia uma vontade de que esse fosse construído de maneira colaborativa, com grande participação dessas comunidades. Entretanto, compreende-se que tal integração não foi possível. Existiu um trabalho contributivo, com a comunidade participando das tarefas propostas, mas não modificando o projeto, incluindo novos nichos, ou expandindo ações. Talvez o relato das alunas do 1º ano do ensino médio estadual represente uma apropriação colaborativa, uma vez que elas apropriaram-se das discussões e propuseram ações com seus colegas. O restante do grupo que participou dos encontros somente contribuiu com o inventário, com a identificação de pontos de interesse, com informações complementares, e com a narração de ações pretéritas de preservação e educação patrimonial.

Inferem-se alguns motivos para que a participação nesse caso tenha ficado somente no nível contributivo. Primeiramente se comenta a divulgação do projeto e dos eventos realizados. Não foram encontrados registros de divulgação, e assim não se pode afirmar que os cidadãos das localidades contempladas soubessem que os encontros iriam acontecer. Na contramão dessa possibilidade, afirma-se que os encontros contaram com a presença de um grupo de pessoas, o que mostra que alguma forma de divulgação aconteceu, não podendo afirmar se essa foi abrangente ou limitada.

Junto a isso se comenta o desinteresse com as questões patrimoniais. A participação social nos processos de preservação é prevista em lei, uma vez que a Constituição de 1988 pontua que “o Poder Público com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação” (BRASIL, 1988, Parágrafo 1º do artigo 216). Em congruência, Zanirato

(2009) afirma que a participação social é premissa para a sobrevivência patrimonial, que um bem sobreviverá e terá sentido eminentemente à sua ressonância social. Contudo, o que se observa é a situação da sociedade e, em especial, das comunidades, isentarem-se desses direitos e deveres, ainda que ocorram casos contrários. Isso se dá por dois principais motivos, a partir do cenário brasileiro (ZANIRATO, 2009; ARANTES, 2006): uma visão instituída de que patrimônio deve estar sempre ligado ao progresso, e que as “coisas” do cotidiano cultural não devem estar contidas, salvo casos excepcionais, no arcabouço patrimonial.

Esses costumes sociais são somados a uma quase inação pública em processos de educação patrimonial, e a maneira pela qual foi organizada e normatizada a preservação no país, que centraliza as decisões em uma elite intelectual e cultural (ZANIRATO, 2009; ARANTES, 2006) reforçam a desvinculação social e esses pensamento das comunidades. Editais como o financiou o Patrimônio Cultural e Histórico: uma rede viva!!! funcionam, de certa maneira, na tentativa de modificar tal problema de políticas públicas, ainda que a quebra desses paradigmas sociais seja um processo lento e árduo. Assim, entende-se que a metodologia seguida no projeto foi positiva, pois ainda que não se tenha alcançado o grau de participação desejado, conseguiu-se incluir e trabalhar com essas comunidades, ainda aguçando o olhar patrimonial de um grupo, os estudantes de ensino médio. Perante o espectro patrimonial que se apresenta no Brasil, ao menos nos aspectos tratados aqui, talvez seja esse o grupo que deva ser focado por projetos participativos, uma vez que os jovens crescem com essa nova percepção e a disseminam para seus pares e para a sociedade como um todo.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O patrimônio cultural digital versa sobre as práticas de duplicação digital de acervos e utilização de instrumentos que aconteceram a partir das possibilidades técnicas que foram desenvolvidas inicialmente na década de 1970, e evoluídas até a atualidade (ADISSON, 2008). Com o aprimoramento e as modificações dessas tecnologias, o patrimônio cultural digital. Hoje se tem um panorama do ciberespaço como espaço aberto, participativo, e inclusivo para processos de patrimonialização. Muito mais do que uma ferramenta, o mundo digital funciona, para o patrimônio cultural, como um elemento modificador de paradigmas.

O edital que financia o projeto Patrimônio Cultural e Histórico: uma rede viva!!! vem propor a realização de ações que partem dessa visão, na qual o patrimônio cultural é valorado de maneira a aproximar as fronteiras entre instituições e o público ao qual esse representa. Ainda que, ao menos no que se observou nesse caso, a forma de participação planejada nem sempre é a possível de ser executada, percebe-se um grau de participação, e uma modificação no olhar e no “sentimento” patrimonial, com projetos que mostram à população que nela está a decisão sobre o que a representa.

Os resultados apresentados, em especial o website dessa *rede viva*, expandem os parâmetros característicos de bens digitais, uma vez que esse é ao mesmo tempo de gênese digital e de duplicação

de percepções analógicas. Nisso também está a percepção de que o digital funciona como potencializador de processos, através de possibilidades de interação, mas que as relações de memória e pertencimento patrimonial ainda acontecem de maneira semelhante ao que se tinha no contexto pré-tecnologias digitais.

5 REFERÊNCIAS

ADDISON, Alonzo C Digital Heritage 2.0: Strategies for Safeguarding Culture in a Disappearing World. In: **International Symposium on Information and Communication Technologies in Cultural Heritage**, 2008, Ioannina. *Proceedings*. Disponível em: <http://www.academia.edu/2519668/251668/Digital_Heritage_2.0_Strategies_for_Safeguarding_Culture_in_a_Disappearing_World>. Acesso em: mar. 2015.

BONNEY, Rick et al. **Public Participation in Scientific Research**: Defining the Field and Assessing Its Potential for Informal Science Education - A CAISE Inquiry Group Report. Washington, DC: Center for Advancement of Informal Science Education (CAISE), 2009. Acessado em: mai. 2015. Online. Disponível em: <http://caise.insci.org/uploads/docs/PPSR%20report%20FINAL.pdf>.

BRUNO, Elena. **Smithsonian Crowdsourcing Since 1849!** 2011. Acessado em set. 2015. Online. Disponível em: <http://siarchives.si.edu/blog/smithsonian-crowdsourcing-1849>.

DHEIN, Cíntia Elisa; DILLY, Gabriela (Org.). **Patrimônio Cultural e Histórico:: uma rede viva!!!** São Leopoldo: Casa Leira, 2014. 42 p. Disponível em: <<http://www.patrimonioredeviva.com.br/upload/arquivo/43b55-livro-menor-resolucao.pdf>>. Acessado em 10 ago. 2015.

DODEBEI, Vera. *Patrimônio Digital: Foco e Fragmento no movimento conceitual*. In: **VI CINFOM – Encontro Nacional de Ciência da Informação**, 2005, Salvador. *Anais...* Salvador: Universidade Federal da Bahia. Online. Disponível em: http://www.cinform-antiores.ufba.br/vi_anais/docs/VeraDodebei.pdf. Acessado em 02 set. 2015.

EDITAL SEDAC no 07/2013. **Editais de Concurso “Pró-cultura RS FAC Processos Culturais Colaborativos”**. Disponível em: <http://www.cultura.rs.gov.br/v2/wp-content/uploads/2013/07/Edital-n%C2%BA-07-de-2013-FAC-Processos-Culturais-Colaborativos.pdf>. Acessado em 10 ago. 2015.

EVELEIGH, Alexandra. Crowding Out the Archivist? Locating Crowdsourcing within the Broader Landscape of Participatory Archives. In: RIDGE, Mia (Org.). **Crowdsourcing our Cultural Heritage**. Surrey: Ashgate Publishing limited, 2014, p. 211 – 229.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs.). **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009, p. 25-33.

GRUBER, Marion & GLAHN, Christian. *E-Learning for Arts and Cultural Heritage Education in Archives and Museums*. 2009. Online. Disponível em: http://dspace.ou.nl/bitstream/1820/2138/1/edumedia09_gruber_final.pdf?origin=publication_detail. Acessado em fev. 2015.

PRATS, Llorenç. *El concepto de patrimonio cultural*. **Política y Sociedad**, v. 27, p. 63-76, 1998. Disponível em: <<http://www.antropologiasocial.org/contenidos/publicaciones/otautores/prats%20el%20concepto%20de%20patrimonio%20cultural.pdf>>. Acessado em set. 2015.

RIDGE, Mia (Org.). **Crowdsourcing our Cultural Heritage**. Surrey: Ashgate Publishing limited, 2014.

STUEDAHL, Dagny. Digital Cultural Heritage Engagement - A New Research Field for Ethnology. **Ethnologia Scandinavica**, v. 39, p. 67-81, 2009. Disponível em: <http://www.academia.edu/1822469/Digital_Cultural_Heritage_Engagement_A_New_Research_Field_for_Ethnology._Ethnologia_Scandinavica_39_pp_67-81>. Acessado em dez. 2015.

UNESCO. **Charter on the Preservation of the Digital Heritage**. 2003. Disponível em: http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CI/CI/pdf/mow/charter_preservation_digital_heritage_en.pdf. Acessado em fev. 2015.

WARD, Amy Sample. **Crowdsourcing vs Community-sourcing**: What's the difference and the opportunity? 2011. Acessado em jun. 2015. Online. Disponível em: <<http://amysampleward.org/2011/05/18/crowdsourcing-vs-community-sourcing-whats-the-difference-and-the-opportunity/>>.